



**AGENDA PÚBLICA E O PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PROFIAP: UMA ANÁLISE A PARTIR DO *MODEL
MULTIPLE STREAMS*, DE KINGDON**

**PUBLIC AGENDA AND THE PROFESSIONAL MASTER'S PROGRAM IN
PUBLIC ADMINISTRATION - PROFIAP: AN ANALYSIS BASED ON KINGDON'S
MULTIPLE STREAMS MODEL**

**AGENDA PÚBLICA Y LA MAESTRÍA PROFESIONAL EN
ADMINISTRACIÓN PÚBLICA - PROFIAP: UN ANÁLISIS A PARTIR DEL
MODELO DE MÚLTIPLES FLUJOS DE KINGDON**

Jennifer Souza Pereira¹

Joana d'Arc Longatti Silva²

Vânia Aparecida Rezende³

RESUMO

Políticas públicas visam responder às demandas da sociedade por meio de ações do governo e entender como o dinamismo, relacionado à escolha e ao desenvolvimento, se configura. Pensar as políticas públicas de forma cíclica permite que as diferentes etapas sejam focos de análises individualizadas, e, ao mesmo tempo, integrativas, visto que o formato indica constância e continuidade. Neste sentido, a agenda, foco central de análise deste trabalho, pode apresentar questões que ascendem à própria formalização da agenda governamental. Assim objetivo deste artigo é promover uma breve discussão, a partir do modelo *Multiple Streams* de John Kingdon, sobre a inserção do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) na agenda governamental. O percurso metodológico deste artigo foi delineado como uma pesquisa qualitativa, indutiva, com coleta de dados documentais e revisão bibliográfica. Como processo de análise dos resultados optou por se promover uma articulação teórica a partir das

¹ Mestranda em Administração Pública (PROFIAP) e Bacharel em Administração pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

² Mestranda em Administração Pública (PROFIAP). Especialista em Recursos Humanos pela UNINTER. Bacharel em Ciências Contábeis pela UFSJ e Tecnóloga em Gestão de Recursos Humanos pelo IF Sudeste de Minas. Técnica em administração Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

³ Pós doutoranda pela Universidade de São Paulo (USP). Doutora e mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras - PPGA/UFLA, na área de Administração Pública. Professora da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Coordenadora local do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP).

informações coletadas, propiciando uma reflexão em torno do fenômeno. Os resultados demonstraram que a criação do PROFIAP pode ser compreendida por meio de alguns elementos presentes no modelo estudado, destacou-se como marco importante que a criação do programa de mestrado profissional está estreitamente ligada à qualificação dos servidores públicos no Brasil e à criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Destaca-se ainda o papel crucial da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e, soma-se a esses fatores, o clima nacional propício para implantação de políticas públicas educacionais por meio do governo federal no contexto analisado.

Palavras-chave: Políticas públicas; *Model Multiple Streams*; agenda governamental; PROFIAP.

ABSTRACT

Public policies aim to respond to society's demands through government actions and understand how dynamism, related to choice and development, is configured. Thinking about public policies in a cyclical way allows the different stages to be the focus of individualized analyses, and, at the same time, integrative ones, since the format indicates constancy and continuity. In this sense, the agenda, the central focus of analysis in this work, may present questions that amount to the very formalization of the governmental agenda. Thus, the aim of this article is to promote a brief discussion, based on John Kingdon's Multiple Streams model, about the inclusion of the Professional Master's Program in Public Administration (PROFIAP) in the government agenda. The methodological path of this article was outlined as a qualitative, inductive research, with documental data collection and bibliographic review. As a process of analysis of the results, it was decided to promote a theoretical articulation based on the collected information, providing a reflection around the phenomenon. The results showed that the creation of PROFIAP can be understood through some elements present in the studied model, standing out as an important milestone that the creation of the professional master's program is closely linked to the qualification of public servants in Brazil and the creation of the Open University of Brazil (UAB). Also noteworthy is the crucial role of the National Association of Directors of Federal Institutions of Higher Education (ANDIFES) and, in addition to these factors, the favorable national climate for the implementation of educational public policies through the federal government in the analyzed context.

Keywords: Public policies; Model Multiple Streams; government agenda; PROFIAP.

RESUMEN

Las políticas públicas apuntan a responder a las demandas de la sociedad por medio de acciones de gobierno y comprender cómo se configura el dinamismo, relacionado con la elección y el desarrollo. Pensar las políticas públicas de manera cíclica permite que las

diferentes etapas sean foco de análisis individualizados y, al mismo tiempo, integradores, ya que el formato indica constancia y continuidad. En este sentido, la agenda, eje central de análisis de este trabajo, puede presentar interrogantes que equivalgan a la formalización misma de la agenda gubernamental. Así, el objetivo de este artículo es promover una breve discusión, a partir del modelo de Corrientes Múltiples de John Kingdon, sobre la inclusión del Programa de Maestría Profesional en Administración Pública (PROFIAP) en la agenda de gobierno. El camino metodológico de este artículo se planteó como una investigación cualitativa, inductiva, con recolección de datos documentales y revisión bibliográfica. Como proceso de análisis de los resultados, se decidió promover una articulación teórica a partir de la información recolectada, brindando una reflexión en torno al fenómeno. Los resultados mostraron que la creación de PROFIAP se puede entender por medio de algunos elementos presentes en el modelo estudiado, destacándose como un hito importante que la creación del programa de maestría profesional está estrechamente vinculada a la calificación de los servidores públicos en Brasil y la creación de la Universidad Abierta de Brasil (UAB). También se destaca el papel crucial de la Asociación Nacional de Directores de Instituciones Federales de Educación Superior (ANDIFES) y, además de estos factores, el clima nacional favorable para la implementación de políticas públicas educativas por medio del gobierno federal en el contexto analizado.

Palabras clave: Políticas públicas; modelo de corrientes múltiples; agenda de gobierno; PROFIAP.

1. INTRODUÇÃO

“O país que deseja crescer e se desenvolver nos aspectos social e econômico deve oferecer serviços de qualidade à população de modo geral e sem distinções” (SILVA, 2021, p. 15). O caminho pelo qual os governantes oferecem esses serviços se dá por meios de políticas públicas, pois como aponta Souza (2006), é por meio delas que os governos democráticos aplicam seus propósitos e plataformas eleitorais, em programas e ações que trarão mudanças e resultados na vida de cada cidadão. De acordo com Teixeira (2002, p. 2), a elaboração de uma política pública representa a definição de “*quem decide o que, quando, com que consequências e para quem*”.

O campo das políticas públicas é de ampla possibilidade de análise e interpretação, o que torna possível que ele seja compreendido e analisado sob diferentes perspectivas teóricas e disciplinares. Dentre elas, ambientada na perspectiva da gestão, a forma cíclica se apresenta como uma possibilidade analítica. Neste sentido, Farah (2018) elucida que a

noção de ciclo das políticas públicas, conforme apresentado por Laswell (1970), busca explicar tanto o processo quanto a orientação para a ação. Comumente a primeira etapa do ciclo é a formação das agendas públicas, em que se faz necessário compreender como determinado tema chega às agendas governamentais e se efetivam em políticas públicas. De acordo com Rua e Romanini (2014), a agenda se configura como uma lista de prioridades, que inicialmente é estabelecida pelos governantes, contendo os temas sobre os quais eles irão dedicar suas energias e atenção.

Para compreender como se formam as agendas governamentais, vários modelos são apresentados na literatura, parte significativa deles têm sua gênese no campo de saber das ciências políticas. Um dos modelos em evidência é de John Kingdon, nomeado *Multiple Streams*, em que o autor busca demonstrar, por meio de três fluxos, como determinada pauta consegue ser inserida à agenda governamental e se uma problemática e como consequência, uma política pública. Almeida e Gomes (2019, p. 20) ponderam que o objetivo do modelo *Multiple Streams* "é auxiliar na compreensão dos motivos pelos quais um tema passa a chamar a atenção dos formuladores de políticas públicas e ascende à agenda".

Na perspectiva de análise cíclica, a agenda tem sido uma etapa importante para o entendimento de diversas políticas públicas, buscando a compreensão do contexto e momento em que uma ação passa a ser uma problemática pública. Em meio a diversas áreas temáticas que chegam às agendas governamentais, a educação é um campo relevante de análise, visto que políticas públicas educacionais eficientes são sempre consideradas como uma força de desenvolvimento de um país, proporcionando uma possibilidade de melhor qualidade de vida aos seus cidadãos. Conforme Lamas, Rezende e Mendonça (2021), as políticas públicas educacionais simbolizam as ações do governo que objetivam impactar positivamente a sociedade. Rezende, Costanzi e Mesquita (2020) corroboram tal consideração e complementam que é por meio da educação que os indivíduos alcançam o acesso a bens e serviços, além de garantirem o exercício pleno da cidadania, assegurando assim seus direitos fundamentais e proporcionando a inclusão social.

Na área das políticas públicas educacionais, no âmbito dos programas *stricto sensu* do campo da Administração Pública, Lamas, Rezende e Mendonça (2021) consideram que a criação do curso de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) se configurou como uma proposta inovadora para a pós-graduação no Brasil, onde importantes impactos regionais e sociais foram originados dos trabalhos conclusivos, inclusive a produção de uma aplicação técnica, exigência do curso. Conforme considerações de Piquet, Leal e Terra (2005), o mestrado profissional constitui uma oportunidade de aproximação das demandas sociais e profissionais com os trabalhos conduzidos pela universidade, sendo um acréscimo de qualidade no sistema de pós-graduação *stricto sensu* vigente no país.

Em consonância com a contextualização apresentada, a problemática deste trabalho se apresenta da seguinte maneira: como se deu a inserção do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) na agenda governamental a partir do modelo *Multiple Streams*, de John Kingdon? Sendo assim, o objetivo deste estudo é promover uma breve discussão, a partir do modelo *Multiple Streams* de John Kingdon, sobre a inserção do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) na agenda governamental. Visando alcançar o objetivo proposto, o percurso metodológico deste artigo foi delineado como uma pesquisa qualitativa, indutiva, com coleta de dados documentais e revisão bibliográfica. A escolha do PROFIAP se pautava no fato de que, apesar de ser um curso considerado ainda novo, ele já é presente em 21 instituições de ensino em todo território nacional e tem fomentado importantes debates no campo na área de saber da Administração Pública, no contexto da pós-graduação *stricto sensu*. A justificativa se ampara também na possibilidade de ampliar o campo de estudos sobre a análise das políticas públicas, já avançado no campo das Ciências Políticas, mas ainda incipiente nos saberes da Administração Pública.

Além desta introdução, o presente artigo está dividido em um referencial teórico que busca promover uma discussão sobre políticas públicas, com ênfase na fase cíclica da agenda governamental, por meio do modelo *Multiple Streams*, além de explorar políticas públicas educacionais e o contexto dos programas de mestrado profissional. Em seguida

há a metodologia, explicando os caminhos percorridos para se chegar no tópico que o sucede, que são os resultados e as discussões; por fim, as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas públicas e Agenda Pública

A área da Ciência Política concentra a gênese da literatura sobre o campo das políticas públicas, diversos são os conceitos que apresentam suas muitas definições, o que leva à constatação de que existe uma multiplicidade conceitual, assim pode-se afirmar que elas se complementam e se apoiam.

Seu foco de estudo, de acordo com Souza (2006, p. 22), nasceu com a ênfase sobre a ação dos governos, sendo um “produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências”.

A Política Pública enquanto área de conhecimento acadêmica, primeiramente ligada a uma subárea da Ciência Política e após como uma disciplina multidisciplinar, teve suas origens nos Estados Unidos da América - EUA (primeira metade do século XX) (AGUM, RISCADO e MENEZES, 2015, p. 14).

Souza (2006, p. 24) apresenta a definição mais conhecida do termo, dada por Laswell (1936), sendo: “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o que, por que, e que diferença faz?”. Agum, Riscado e Menezes (2015, p. 16) resumem o conceito de política pública como

o campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças nos rumos ou cursos dessas ações (variável dependente).

Farah (2018) aponta que a produção acadêmica sobre políticas públicas, no Brasil, passou a ser expressiva com a redemocratização, a partir dos anos 1980, dando início à institucionalização do campo centrado em tais estudos. Importante notar que, conforme Brasil e Capella (2016), nesse período, os governantes estavam orientados a uma visão de modernização da administração pública, tendo, na análise estratégica e no caráter técnico, o objetivo de tornar as políticas públicas mais efetivas, almejando deixar para trás os velhos moldes da política brasileira, pautadas no clientelismo e no nepotismo.

Assim sendo, as políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis, além de ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente (TEIXEIRA, 2002). Dessa forma, as políticas públicas repercutem tanto na economia quanto nas sociedades, sendo necessário, conforme Souza (2006), considerar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade, em qualquer teoria desenvolvida na área, pois a política pública em geral, e a política social em particular, são campos multidisciplinares, com foco nas explicações sobre suas próprias natureza e processos.

Analisar uma política pública, bem como programas que dela derivam, implica na importância de considerar diversos constructos teóricos e modelos analíticos (CARMO; REZENDE, 2021). As autoras, no referido trabalho, analisam, sob a perspectiva de modelos de agenda, um programa de geração e transferência de renda, fruto de políticas públicas mais amplas.

Como instrumento para auxiliar essa análise, Agum, Riscado e Menezes (2015, p. 24) comentam sobre considerar o ciclo das políticas públicas que, segundo os autores,

não pode ser entendido de maneira linear e como um corpo organizado, seguindo necessariamente uma sequência cronológica. Por vezes, se não na maioria das vezes, as fases do ciclo se encontram desconectadas ou alternadas, não configurando o esquema harmônico por hora apresentado. Contudo, para efeito de clareza metodológica utilizamos o entendimento cronológico. Uma das vantagens de adotar o ciclo das políticas públicas se traduz na possibilidade de organizar a complexidade do que é uma política pública.

Os ciclos das políticas públicas, conforme apresentado por Souza (2006, p. 29), são constituídos dos seguintes estágios: "definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação". Seu processo de formulação, analisado pela concepção cíclica, apresenta etapas definidas e interdependentes (CARMO; REZENDE, 2021).

Considerando a interdependência desses processos, busca-se aqui compreender a primeira etapa desse ciclo: a definição de agenda. Em meio a vários modelos de como se

dá a formação de agendas, encontrados na literatura, optou-se pelo modelo *Multiple Streams*, de John Kingdon, corroborando com Monteiro, Rodrigues e Santos Júnior (2018) que o consideram como uma das perspectivas mais completas para compreensão da fase da agenda no ciclo de políticas públicas.

2.1.1 Modelo *Multiple Streams*

John Kingdon (2003), após analisar as áreas de saúde e transporte do governo americano, desenvolveu o modelo relacionado à agenda *Multiple Streams*. Conforme apresentado por Capella (2006), a agenda governamental, para Kingdon, é definida como o conjunto de assuntos sobre os quais governo e pessoas ligadas a ele concentram sua atenção num determinado momento. Ou seja, o objetivo do modelo, como já ressaltado anteriormente, é elucidar os motivos por que certo tópico passa a interessar os formuladores de políticas públicas e é agregado à agenda, e por que, ao contrário, outros temas podem deixar a agenda (ALMEIDA; GOMES, 2019).

Conforme apresenta Capella (2006, p. 26), “para o modelo de Kingdon, a mudança da agenda é o resultado da convergência entre três fluxos: problemas (*problems*); soluções ou alternativas (*policies*); e política (*politics*)”. Para a formação do primeiro fluxo, Rua e Romanini (2014) demonstram que um tema, assunto ou questão, só se torna um problema político quando é reconhecido como tal pelas autoridades públicas e, pelo menos, em alguma área do governo, as autoridades devem se convencer de que precisam tomar alguma providência com relação à situação.

As questões se transformam em problemas ao chamar a atenção dos participantes de um processo decisório, despertando a necessidade de ação por meio de três mecanismos básicos: indicadores; eventos, crises e símbolos; e feedback das ações governamentais (CAPELLA, 2006, p. 26).

Com a conquista dos holofotes, passa-se para o segundo fluxo, o de soluções ou alternativas. Conforme Monteiro, Rodrigues e Santos Junior (2019), Kingdon parte da ideia central do modelo de *garbage can*, de Cohen, March e Olsen, de que as alternativas existem como se estivessem em uma lata de lixo, e são reutilizadas na medida que os problemas surgem e vão além. Como observa Capella (2006), a geração de alternativas

é explicada pelo modelo em analogia ao processo biológico de seleção natural, da mesma forma como moléculas flutuam no que os biólogos chamam de “caldo primitivo”, o autor entende que as ideias sobre as soluções são geradas e flutuam em um “caldo primitivo de políticas”, onde algumas ideias sobrevivem intactas, outras confrontam-se e combinam-se em novas propostas e ainda outras são descartadas.

O terceiro fluxo, conforme Rua e Romanini (2014), refere-se ao “fluxo da política” (*politics*), que, segundo Kingdon, segue regras próprias e possui uma dinâmica extremamente fluída, baseada na barganha e na negociação política. De acordo com Capella (2006, p. 29), nesse fluxo, três elementos exercem influência sobre a agenda governamental, são eles:

O primeiro é chamado por Kingdon de “clima” ou “humor” nacional (*national mood*) e é caracterizado por uma situação na qual diversas pessoas compartilham as mesmas questões durante um determinado período de tempo. O “humor nacional” possibilita algo semelhante ao “solo fértil” para algumas ideias “germinarem”, ajudando a explicar por que algumas questões chegam à agenda enquanto outras são descartadas. O segundo elemento do fluxo político é composto pelas forças políticas organizadas, exercidas principalmente pelos grupos de pressão. Finalmente, o terceiro fator a afetar a agenda são as mudanças dentro do próprio governo: mudança de pessoas em posições estratégicas dentro da estrutura governamental (turnover); mudanças de gestão; mudanças na composição do Congresso; mudanças na chefia de órgãos e de empresas públicas.

Os três fluxos operam de maneiras independentes e conforme apresenta Capella (2006), em determinadas circunstâncias, estes três fluxos – problemas, soluções e dinâmica política – são reunidos, gerando uma oportunidade de mudança na agenda, considerado pelo autor como a abertura de uma janela de oportunidade, sendo os fluxos de problemas e o político os maiores influenciadores para a abertura dessas janelas.

No modelo desenvolvido por Kingdon é destacado a importância de indivíduos de indivíduos chamados de empreendedores de políticas (*policy entrepreneurs*), que possuem habilidades de representar ideias de outros indivíduos ou grupos e é considerado o ator fundamental para a união dos fluxos e a entrada de determinado tema à agenda (ALMEIDA, 2016). Outro ponto que Capella (2006) considera central ao modelo de Kingdon é a ideia de que alguns atores são influentes na definição da agenda

governamental, ao passo que outros exercem maior influência na definição das alternativas.

Esses atores, conforme apresenta Souza (2006), são classificados como visíveis, ou seja, políticos, mídia, partidos, grupos de pressão, importantes para a definição da agenda e os invisíveis, tais como acadêmicos, a burocracia, assessores legislativos, que são responsáveis pela definição das alternativas. Almeida (2016) pontua que o presidente de um país é o ator mais importante no fluxo político, uma vez que exerce um papel dominante na formulação da agenda, pois detém recursos institucionais, organizacionais e recursos de comando da atenção.

Capella (2006) destaca a figura do legislativo; os deputados e senadores são uns dos poucos atores que, segundo Kingdon, além de exercerem grande influência sobre a agenda, também contribuem para a geração de alternativas, pois os parlamentares dispõem de recursos, enquanto autoridade legal, para a produção de leis essenciais à grande maioria das mudanças.

2.2 Política Pública Educacional e o Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP)

De acordo com Souza (2006), a política pública foi definida por Thomas D. Dye (1984) como as escolhas do governo, em relação ao que fazer ou não fazer. Sendo a Educação área setorial da política pública, pode-se inferir que política pública educacional é tudo que o governo faz ou deixa de fazer na área educacional, ou ainda, pode ser entendida como programas ou ações desenvolvidas em âmbito governamental que visam a efetivação dos direitos de acesso à educação, previstos na Constituição Federal. Nanni e Santos Filho (2016) corroboram que as políticas públicas educacionais se referem às ações ou inações formalizadas do Estado, que venham a incidir no ambiente onde acontece a educação formal com o objetivo de melhorar o ensino-aprendizagem.

A Constituição Federal de 1988, prevê que



A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art. 205).

Objetivando democratizar o acesso aos direitos previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, as políticas públicas materializam-se por meio de programas, leis, planejamentos, financiamentos ou ações elaboradas em âmbito governamental, que contribuem para a efetivação dos direitos previstos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também considerada um marco nos rumos da educação brasileira, prevê que

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, art. 2º).

Um exemplo de política pública educacional brasileira é a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que é uma ação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esse sistema UAB, foi instituído pelo Decreto nº 5.800, em 08 de junho de 2006, para desenvolver a modalidade de educação a distância, objetivando a expansão e a interiorização da oferta de cursos e programas de educação superior no País (BRASIL, 2006).

Dentre os cursos da UAB, foi lançado em 2009 o Programa Nacional de Administração Pública (PNAP). De acordo com a página inicial on-line do programa, vinculado ao site da CAPES e hospedado na plataforma gov.br,

O Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) é um programa do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), lançado em 2009, que tem como área de atuação a formação, capacitação dos quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo), micro (unidades organizacionais) e sistemas públicos. Os cursos foram projetados com o objetivo principal de formar e qualificar pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal (PNAP, 2020).

Esse programa é materializado pelo sistema UAB com a oferta de cursos nas áreas da Administração Pública, compreendidos pelo bacharelado em Administração Pública e

especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde. Carneiro (PALESTRA..., 2016) complementa que, além desses cursos, estava previsto também um curso de mestrado, o Programa de Mestrado Profissional de Administração Pública, ao afirmar que a história do PROFIAP se desenvolve paralelamente a criação da Universidade Aberta do Brasil, quando o primeiro comitê gestor propôs a criação de um programa de formação de gestores públicos na modalidade à distância, que resultou na criação do Programa Nacional de Administração Pública, composto por um curso de graduação, três cursos de especialização e um curso de mestrado, configuração atual do PROFIAP.

De acordo com Carneiro (DIÁLOGO..., 2022), por ser um curso *stricto sensu*, com características diferentes dos demais cursos do PNAP, que são de natureza *lato sensu*, foi autorizado pela CAPES em 2013, além disso, a formação da proposta do PROFIAP teve a colaboração da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Nesse contexto pode-se compreender que os programas de pós-graduação também se apresentam como políticas públicas educacionais, inclusive os programas de mestrados profissionais, que contribuem para a qualificação e para o trabalho, preceitos previstos no artigo 205 da CF 88 e no artigo 2º da LDB/96.

Considera-se como marco referencial de criação e consolidação da pós-graduação brasileira o ano de 1965, com o Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 977 de 03/12/1965 (BRASIL, 1965). Segundo Bomeny (2001) tal parecer foi emitido para atender à solicitação do então Ministro da Educação e Cultura, Moniz Aragão, que via a necessidade de implantar e desenvolver o regime de cursos de pós-graduação no ensino superior, distinguindo-os dos demais cursos de especialização, extensão e aperfeiçoamento previstos no art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1961).

Ainda de acordo com Bomeny (2001), o parecer foi uma diretriz administrativa, orientando a operação dos cursos e atribuindo-os às universidades e não às instituições isoladas. O relator do parecer foi Newton Sucupira, que conceituou e caracterizou a pós-

graduação, criando as expressões *sensu lato* e *sensu stricto* para distinguir a natureza dos cursos de especialização e de mestrado/ doutorado, respectivamente (BRASIL, 1965).

Bomeny (2001) cita algumas das conclusões que foram formuladas a respeito das características fundamentais dos cursos de pós-graduação e especializações: padronização dos procedimentos normativos da pós-graduação; as definições e as atribuições dos níveis de pós-graduação e suas respectivas durações; os esclarecimentos sobre o significado das áreas de concentração; orientações sobre os trabalhos de dissertação e tese; orientação sobre flexibilidade para escolha, pelos alunos, do programa mais afeito aos seus próprios interesses acadêmicos; os critérios de ingresso; as condições de matrícula; recomendações de que a pós-graduação se faça em regime de tempo integral; e a prescrição de que os cursos de pós-graduação devam ser aprovados pelo Conselho Federal de Educação, para que seus diplomas sejam registrados no Ministério da Educação e possam produzir efeitos legais.

O referido parecer ficou conhecido como “Parecer Sucupira” e, apesar de várias outras normativas e legislações complementares, ainda é atual no que se refere à definição e às características do mestrado e doutorado, pois ainda é baseado pela Capes e pelo Conselho Nacional de Educação na análise dos programas de mestrado e doutorado (BOMENY, 2001).

O Parecer Sucupira formalizou a diferenciação dos cursos, distinguindo-os em especialização (*lato sensu*) e mestrado/doutorado (*stricto sensu*), no entanto, de acordo com Fischer (2011), a ideia do mestrado profissional também foi previsto no Parecer nº 977/65, pois esse propunha a criação de cursos de pós-graduação voltados à formação de profissionais. Barros, Valentim e Melo (2005, p. 126) corroboram que “os mestrados não acadêmicos estavam concebidos como possíveis e, inclusive, estimulados normativamente”. Segundo informa o site da CAPES (2022), o mestrado e o doutorado profissional são orientados para a capacitação de profissionais, nas mais diversas áreas do conhecimento, com o estudo de técnicas, processos ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho.

Segundo Fischer (2005), o mestrado profissional foi regulamentado em 1995, a partir de portarias e resoluções que estabeleceram as diferenças entre cursos acadêmicos e profissionais. Barros, Valentim e Melo (2005) concordam que o início do mestrado profissionalizante, no ano de 1995, deu-se com a emissão da portaria 47/95 revogada anos depois, em 1998, pela Portaria 80/98 que reorganizou e orientou os requisitos e condições das propostas de criação dos mestrados profissionais. Atualmente, o mestrado profissional é regulamentado pela Portaria MEC Nº 389, de 23 de março de 2017 e pela Portaria CAPES Nº 60, de 20 de março de 2019 (CAPES, 2023).

A Portaria MEC 389/2017 traz como objetivos do mestrado e doutorado profissional:

I - capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho; II - transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local; III - promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados; IV - contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas (BRASIL, 2017, art. 2º).

Já a Portaria CAPES 60/2019, complementa a portaria anterior, acrescentando objetivos e traçando diretrizes para submissão de propostas de novos cursos de mestrado e doutorado profissional no âmbito da CAPES, além da orientação quanto ao corpo docente dos programas e sobre os trabalhos de conclusão de curso (CAPES, 2019).

De modo geral, desde 1995, essas portarias buscaram regular a oferta e o funcionamento dos cursos de mestrado e doutorado profissionais no país e, assim, contribuíram para a criação, desenvolvimento e manutenção de políticas públicas educacionais brasileiras no ensino superior dentro deste contexto de análise. Nota-se um aumento significativo, se comparado aos mestrados acadêmicos na área de Administração Pública, o que deixa a justificativa deste artigo mais consistente.

3. METODOLOGIA

A fim de consolidar o objetivo desse estudo, utilizou-se o método indutivo como abordagem. De acordo com Lakatos e Marconi (2001), tal metodologia parte de dados particulares, ou seja, daqueles obtidos sobre a formação e origem do PROFIAP, para definir o processo de inserção na agenda pública a partir do *Multiple Streams*, de Kingdon.

Quanto à natureza da pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa, que, segundo Gil (1999), proporciona a particularização da investigação das situações relacionadas ao fenômeno estudado e das suas relações, por meio da proximidade com a situação analisada. De acordo com Silva e Menezes (2005, p. 20), há um elo inseparável “entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”, não podendo ser quantificada. Foi realizada também uma pesquisa bibliográfica que, de acordo com Lakatos e Marconi (2001, p. 183)

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...].

Alinhado aos propósitos da pesquisa, foi feito um estudo de caso, caracterizado por Yin (2005, p. 32) como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Silva e Menezes (2005) caracterizam o estudo de caso como um estudo profundo e a ampla coleta de informações gera resultados minuciosos e detalhados sobre o objeto de estudo.

Foi utilizada a técnica de coleta de dados documental. Segundo Oliveira (2011), a pesquisa documental analisa materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, como as palestras, em formato audiovisual, com os atores dessa política pública. Lakatos e Marconi (2003, p. 174) também enfatizam que

a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

Como processo de análise dos resultados optou por se promover uma articulação teórica a partir das informações coletadas, propiciando uma reflexão em torno do fenômeno. Inicialmente, visando uma pré-análise, foi solicitado via e-mail ao Comitê Profiap Nacional, Coordenação Local Profiap Universidade Federal de São João del-Rei e a Andifes, informações e documentos sobre a formação do programa. Os primeiros responderam não terem documentos a respeito e a última, não respondeu.

A partir de então, foi realizada uma busca nas páginas oficiais do PROFIAP nacional, das 21 instituições que integram a rede e também na página da ANDIFES. Os resultados dessa busca apresentaram dados sobre processo seletivo, docentes e discentes, regras de funcionamento e estrutura do curso, sem menções ao contexto anterior à autorização de funcionamento pela Capes. Diante da dificuldade em obter informações sobre a gênese do programa, optou-se então por procurar as informações em outras formas de documentos.

Perante a característica contemporânea que envolve o programa em análise, optou-se pela exploração investigativa de vídeos em plataformas digitais de grande alcance, como o YouTube, por serem considerados documentos de comunicação em massa e esses constituem importante fonte de dados para pesquisa social, pois permite que o pesquisador conheça diferentes aspectos da sociedade atual e também sobre o passado histórico (GIL, 2008). O mesmo autor defende que para questões pretéritas, como a origem do PROFIAP, esse tipo de fonte de dados apresenta maior eficiência que qualquer outra fonte, mas alerta sobre a necessidade de um tratamento cuidadoso de modo a evitar qualquer tipo de viés.

Assim, foi feita a busca, usando os termos “PROFIAP nacional formação” e “Teresa Cristina Janes Carneiro PROFIAP palestra”. A primeira busca retornou 9.290, dos quais 55 resultados eram vídeos e a segunda 74 resultados, dentre eles o vídeo selecionado, a partir do entendimento das autoras sobre a sua relevância para a pesquisa.

Na fase de exploração do material, foi feita uma análise cuidadosa de todo material encontrado e percebeu-se que a grande maioria encontrada não relatava sobre a origem do programa, reduzindo-se a dois documentos audiovisuais (vídeos no Youtube). Na terceira fase, os vídeos foram assistidos novamente a fim de confirmar a contribuição de seu conteúdo para este trabalho, posteriormente realizou-se a enumeração das partes de contribuição e a transcrição dessas partes, atentando-se à fidelidade do que foi dito em cada trecho e por fim, a interpretação dos dados.

Na interpretação das informações, dentro da análise dos resultados, pode-se considerar diversas falas transcritas dos vídeos, considerando o contexto histórico de cada período mencionado com as etapas de criação do programa, o que consequentemente proporcionou a compreensão de como sua gênese se alinhou a possibilidade compor uma nova agenda pública, permitindo assim, a elaboração do entendimento de como a política pública educacional aqui abordada e analisada sob a luz teórica do *Kingdon's Multiple Streams Model*, se inseriu na agenda governamental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para atender aos objetivos deste trabalho, dois vídeos do Youtube foram selecionados porque retrataram, de forma mais profunda e consistente, o âmbito de análise deste artigo. Em ambos os vídeos Tereza Cristina Janes Carneiro, Pró-reitora de Administração da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e atual Coordenadora Nacional do PROFIAP, relata sobre a origem do programa, sua implementação, os processos seletivos e as provas de qualificação dos discentes.

O primeiro vídeo data de 05 de maio de 2016, em que Tereza C. J. Carneiro palestra no Auditório Central da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o segundo vídeo é referente ao Congresso CASI, evento que ocorreu de forma online nos dias 25, 26 e 27 de maio de 2022, onde Tereza C. J. Carneiro, juntamente com outros três professores, todos pertencentes ao atual Comitê Gestor do PROFIAP, dialogam a respeito do programa. Neste último vídeo, considera-se somente as falas de Tereza C. J. Carneiro,

pois foi quem mencionou sobre o início do PROFIAP, recorte do objeto de estudo deste trabalho.

Iniciando a análise sob a perspectiva do modelo *Multiple Streams* e relacionando-se ao primeiro fluxo, o dos problemas, compreende-se que a criação do PROFIAP está estreitamente ligada à qualificação dos servidores públicos no Brasil. A qualificação dos servidores públicos é um objetivo da gestão pública desde 1995, quando se implantou a Reforma Gerencial, que defendia a necessidade de qualificar o servidor a partir de diretrizes para uma maior eficiência do setor público (BRESSER-PEREIRA, 2000). Assim, é possível deduzir que a necessidade de qualificar os servidores públicos já era um problema desde a referida reforma.

De acordo com Carneiro (PALESTRA..., 2006), em 2009, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), em conjunto com o primeiro Comitê Gestor do PROFIAP, elaboraram uma proposta de criação de cursos voltados para a formação de gestores públicos, entre eles um curso de mestrado (PROFIAP), originando o Programa Nacional de Administração Pública (PNAP).

Nesse contexto, este mestrado se apresenta como uma solução/alternativa, representando o segundo fluxo do modelo *Multiple Streams*, de Kingdon, para o problema de qualificação de servidores e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) teve uma importante participação, ficando sob sua responsabilidade a coordenação desse programa de mestrado. Segundo Carneiro (PALESTRA..., 2006) o PROFIAP foi criado, inicialmente, com o objetivo de capacitar os servidores das Universidades federais, tendo vagas reservadas para esse público.

Unindo-se aos primeiros fluxos, tem-se o fluxo político. É necessário recordar que no momento de criação do PNAP, havia um clima favorável, que é um dos elementos do fluxo político, para implantação de políticas públicas educacionais. Naquele momento havia o incentivo à Educação como pauta do Governo Federal, chefiado pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Havia também a expansão do ensino superior, que já se estruturava e se desenvolvia por meio do Programa de Apoio a Planos de

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Coincidindo, assim, com o modelo de *Multiple Streams*, de Kingdon, isto é, de acordo com Capella (2006), o humor nacional possibilita algo semelhante ao solo fértil para algumas ideias germinarem.

Nessa convergência dos fluxos o protagonismo dos atores invisíveis, aqui representados pelos professores integrantes do Comitê Gestor, importantes para a definição da solução e dos atores visíveis, nesse caso representado pela ANDIFES, que deram holofotes para o problema, foram decisivos para a inclusão do PROFIAP na agenda governamental. Desse modo, concorda-se com Capella (2006), ao mencionar que é central ao modelo de Kingdon a ideia de que alguns atores são influentes na definição da agenda governamental, ao passo que outros exercem maior influência na definição das alternativas. A Figura abaixo buscou sistematizar a convergência dos fluxos do modelo, identificando os elementos que compuseram a formação da agenda governamental para a criação e implementação do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) como uma política pública educacional.

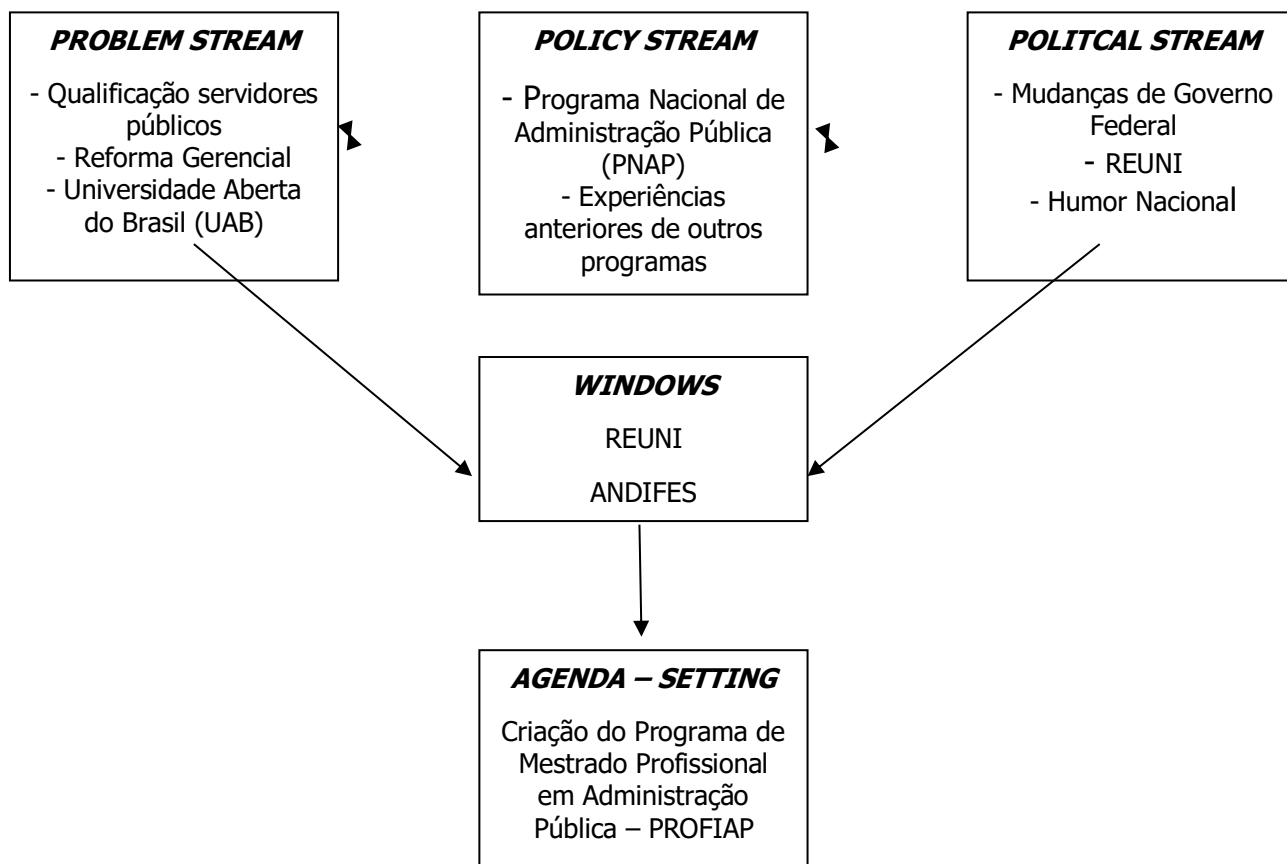


Figura 1 – Formulação de Agenda do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública
Fonte: Elaboração própria a partir de Capella (2005).

A partir da sistematização apresentada, por meio da figura adaptada de Capella (2005), é possível observar alguns elementos que se mostraram essenciais à composição da agenda que originou a criação do programa. Obviamente se reconhece que não se trata de um panorama completo, visto que, o processo de formulação de uma política pública é complexo e permeado por desdobramentos que muitas vezes não estão retratados na literatura, neste sentido como um aprofundamento dos resultados pretende-se encorpar a coleta de dados por meio de outras técnicas como entrevistas e questionários, direcionados aos atores que fizeram parte do processo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se propor analisar o Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP), sobre a perspectiva do modelo de *Multiple Streams* desenvolvido por Kingdon com a devida contextualização, foi possível identificar algumas associações que podem auxiliar na compreensão do processo de definição da agenda governamental de políticas públicas, especificamente a partir do programa *stricto sensu* analisado. Neste sentido espera-se contribuir com o estreitamento das análises das políticas públicas do campo da Ciência Política com o campo da Administração Pública.

O modelo utilizado possibilitou um olhar mais detalhado do processo de surgimento, elaboração e implementação do programa de pós-graduação estudado. Assim conclui-se que a demanda dos reitores das Universidades Federais, no contexto analisado, deixou clara a necessidade de qualificação do quadro técnico dos funcionários públicos, o que é entendido como um problema a ser solucionado, premissa básica para um problema se configurar como problemática pública e ter possibilidade de incorporação na agenda governamental. Em um dos fluxos, especificamente o segundo, onde se busca uma solução/alternativa para uma problemática, pode-se constatar que, por meio de um grupo de professores (primeiro Comitê Gestor), juntamente com a UAB, surgem atores importantes que o modelo de Kingdon denomina como cruciais para o processo da política pública que tem a agenda como foco de inserção.

O PROFIAP além de se apresentar como uma alternativa para o problema de qualificação dos servidores públicos, ao reservar uma parte das vagas para a demanda social, também vem atender aos artigos 205 da CF/88 e art. 2º da LDB (1996), que expressam que a Educação deverá ser promovida e incentivada para todos, visando a qualificação para o trabalho. Neste sentido este artigo, sem pretensão de apresentar uma análise completa do programa, lança luz teórica sobre sua gênese no intuito de colaborar à elucidação de seu papel no contexto da pós-graduação em administração pública no Brasil, que carece de estudo e aprofundamento. Além de provocar uma reflexão sobre a capacitação de servidores públicos no contexto brasileiro.



Não houve intenção em esgotar o tema analisado, nem tampouco o objeto de estudo aqui delimitado, no entanto, buscou-se iniciar uma perspectiva analítica, no campo das políticas públicas dentro da ótica da Administração Pública, mas utilizando o viés da Ciência Política, em vistas de promover um encontro conceitual analítico capaz de contribuir para o debate da gestão pública. Muitas são as possibilidades de desdobramentos e para futuras pesquisas sugere-se que o PROFIAP venha a ser analisado sob a perspectiva de outros modelos de formação de agenda governamental, a fim de ampliar a compreensão da gênese do programa. No entanto, a sugestão se estende a que o mesmo modelo utilizado possa ser fonte analítica para outros programas *stricto sensu*, identificando assim que há convergências relevantes com os resultados aqui encontrados. Desta maneira um olhar mais amplo começa a ser desenvolvido para o entendimento da pós-graduação em Administração Pública no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Revista Agenda Política**, [on-line], v. 3, n. 2, p. 12-42, jul.-dez., 2015. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>. Acesso em: 15 set. 2022.
- ALMEIDA, Lia de Azevedo; GOMES, Ricardo Corrêa. Perspectivas Teóricas para a Análise de Políticas Públicas: Como Lidam com a Complexidade? **Revista de Administração Pública e Gestão Social**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 16-27, jan.-mar. 2019.
- ALMEIDA, Lia de Azevedo. Poder e políticas públicas: O que nos dizem os modelos teóricos? **Revista Agenda Política**, [on-line], v. 4, n. 3, p. 216–237, 2016. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/115>. Acesso em: 15 set. 2022.
- BARROS, Elionora Cavalcanti de; VALENTIM, Márcia Cristina; MELO, Maria Melo Aragão. O debate sobre o mestrado profissional na Capes: trajetória e definições. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [on-line], v. 2, n. 4, p. 124-138, jul. 2005. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/84>. Acesso em: 26 abr. 2023.
- BOMENY, Helena. **Newton Sucupira e os rumos da educação superior**. Brasília: Paralelo 15, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2001.
- BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em:



https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm>. Acesso em 20 mar. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. **Lei Nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 22 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Parecer nº 977/65, C.E.Su, aprov. em 3-12-65**. Documenta, Brasília: MEC/CFE, n. 44, dez. 1965.

BRASIL. **Portaria Nº 389 de 23 mar. 2017**. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-389-2017-03-23.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2023

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia. Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. **Revista Política Hoje** (UFPE), v. 25, n. 1, p. 73- 84, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma gerencial do Estado de 1995. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 34, n. 4, p. 7-26, jul-ago, 2000.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formação da Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas**. Trabalho apresentado no GT Políticas Públicas do XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 25-29 de outubro, Caxambu: MG. 2005

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas**. São Paulo: BIB, 2006.

CAPES. **Portaria Nº 60 de 20 de março de 2019**. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Brasília, DF: Ministério da Educação. [2023]. Disponível em: <<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2716/portaria-capes-n-60>>. Acesso em em: 21 mar. 2023

CARMO, Gisleine do; REZENDE, Vânia Aparecida. **Políticas Públicas e Transferência de Renda: Uma Análise do Programa Bolsa Família Pelos Modelos Multiple Streams de Kingdon e Punctuated Equilibrium de Baumgartner E Jones**. In: XLV Encontro Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração - Enanpad, 2021, Virtual. XLV Encontro Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração - Enanpad, 2021.



COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP)**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia/universidade-aberta-do-brasil/mais-sobre-o-sistema-uab/cursos-nacionais-do-sistema-universidade-aberta-do-brasil/programa-nacional-de-formacao-em-administracao-publica-pnap>. Acesso em: 15 abr. 2023.

DIÁLOGO com o Comitê Gestor do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede – PROFIAP. [S. l.; s. n.]. 2022. 1 vídeo (1h29m). Publicado pelo canal Congresso CASI. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E6IPIOQlhjk>. Acesso em: 15 set. 2022.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do "campo de públicas". **Revista de Administração Pública** [on-line], v. 50, n. 6, p. 959-979, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612150981>. Acesso em: 14 set 2022.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Abordagens teóricas no campo da política pública no Brasil e no exterior: do fato à complexidade. **Revista Do Serviço Público**, Brasília, DF, ed. Especial *Repensando o Estado Brasileiro*, p. 53-84, dez, 2018.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [on-line], v. 18, n. 51, pp. 21-30, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100004>. Acesso em: 20 set. 2022.

FISCHER, Tânia. Mestrado profissional como prática acadêmica. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Salvador, BA, v. 2, n. 4, p. 24-29, jul. 2005. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/74>. Acesso em: 26 abr. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Ed. 5. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAMAS, Dênis Ester; REZENDE, Vânia Aparecida; MENDONÇA, Fabricio Molica de. O Perfil Discente do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional no Brasil: Uma Análise das Expectativas e Motivos. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona, v. 29, n. 50, p. 1-30, 2021. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/5870/2618>. Acesso em: 26 abr. 2023.

MELO, Marcus André. Estado, Governo e Políticas Públicas. In: MICELI, S. (org.). **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995): Ciência Política**. São Paulo/Brasília: Sumaré/Capes. 1999.

MENEGON, Érika Nogueira. **Imagens e narrativas midiáticas: análise dos vídeos do Youtube**. 2013. 152 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/91181>. Acesso em: 26 abr. 2023.

MONTEIRO, L.; RODRIGUES, D.; DOS SANTOS JÚNIOR, J. E. O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon e as políticas de Segurança Pública: o caso do programa "Pacto pela Vida" de Pernambuco (2007-2013). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 91-111, 2019. DOI: 10.31060/rbsp.2018.v12.n2.847. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/847>. Acesso em: 21 set. 2022.

NANNI, Giovani; SANTOS FILHO, José Camilo dos. Importância da Avaliação das Políticas Públicas Educacionais. **Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**. Juiz de Fora. v. 18, n. 1, p.126-138, jan-jun, 2016.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional Brasileira. **Educação & Sociedade [online]**. 2011, v. 32, n. 115 [Acessado 18 outubro de 2022], pp. 323-337. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000200005>. Epub 22 ago 2011. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000200005>.

PALESTRA PROFIAP. [S. l.; s. n.]. 2016. 1 vídeo (1h38m). Publicado pelo canal Douglas S. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=12U1GM8NzGE&t=496s>. Acesso em: 12 set. 2022.

PIQUET, Rosélia; LEAL, José Agostinho; TERRA, Denise. **Mestrado profissional: proposta polêmica no Sistema Brasileiro de Pós-Graduação - o caso do planejamento regional e urbano**. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 11. 2005, Salvador, BA, Resumo.

REZENDE, Vânia Aparecida; et al. Políticas Públicas Educacionais e Participação Social: a possibilidade de uma gestão democrática pelo Programa Escola Aberta. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 13, p. 169-195, 2020.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Para Aprender Políticas Públicas**. Unidade VII: Teorias e Modelos de Análise Contemporâneos de Políticas Públicas. Brasília: IGEPP, 2014.

SILVA, Andressa Vieira. **Análise do impacto da política pública de assistência estudantil nos campi fora da sede da Universidade Federal do Rio Grande – FURG**. 2021. Tese (Mestrado em Administração Pública), Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.



SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, a. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, Bahia, 2002. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.

Yin, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre, RS: Bookman. 2005.

Submissão: maio de 2023.

Aceite: junho de 2023.